

Forças Armadas

Após festa com Lula e Macron, governo bloqueia 83% do Prosub

Estaleiro demite 200 e Olsen teme prejuízos e atrasos na construção dos submarinos; Exército cortou 20% de todos os programas

MARCELO GODDY

Um dia após a visita dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Emmanuel Macron, da França, ao Complexo Naval de Itaguaí, no Rio, por ocasião do lançamento do submarino Toner (S-42), em 27 de março, o governo bloqueou 83% dos recursos do programa de desenvolvimento de submarinos da Marinha, o Prosub. O corte no orçamento no Ministério da Defesa (MD) afetou também 20% de todos os projetos do Exército.

O Prosub prevê a construção de quatro submarinos convencionais da classe Scorpène, em parceria com o Naval Group, da França, e o primeiro submarino a propulsão nuclear do País. E também a edificação em Itaguaí da base naval que os abrigará.

Como resultado dos cortes, a Itaguaí Construções Navais (ICN) demitiu em abril 200 funcionários. Parte deles assistiu à festa com as presenças de Macron, de Lula e da primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja, que batizou o Toner ao lado do comandante da Marinha, almirante Marcos Olsen, quebrando uma garrafa de espumante no casco da embarcação.

Ao Estado, a Marinha lamentou as demissões. "Especialmente considerando tratar-se de trabalhadores qualificados. A redução da mão de obra qualificada do estaleiro construtor traz impacto nos prazos e custos dos submarinos convencionais



Festa de lançamento do Toner com Janja, Lula, Macron e Olsen antecedeu a decisão sobre o corte

nais em construção, bem como na construção do submarino nuclear."

REUNIÃO. Em 10 de abril, a Força Naval fez uma reunião extraordinária de seu Conselho Financeiro e Administrativo, que inclui os membros do Almirantado, para discutir as consequências do bloqueio de recursos. Caso permaneça o cenário atual, teme-se que o Naval Group interrompa o fornecimento de material para a construção do último submarino convencional, o Angostura (S-43), e a demissão de outros 400 operários pela ICN no segundo semestre.

Além disso, arrisca-se o atraso na construção da infraestrutura de apoio ao submarino nuclear, o Complexo de Manutenção Especializada. Pelos cálculos aos quais a reportagem teve acesso, cada ano de atraso na edificação do complexo naval representa um gasto extra de R\$ 150 milhões com manutenção das instalações, apoio operacional e plano básico ambiental.

A dotação orçamentária da

Apesar do PT, Exército escolhe empresa de Israel em licitação

O Exército anunciou na segunda-feira que a empresa israelense Elbit Systems venceu a licitação internacional da Força Terrestre para a aquisição de 36 viaturas blindadas de combate obuseiros de calibre 155 mm autopropeulsados sobre rodas (VB-COAP-SR). A escolha pode criar novo atrito entre a Força Terrestre, o Partido dos Trabalhadores (PT) e integrantes do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

É que petistas, como José Genoíno e o vice-presidente

da sigla, o deputado federal Washington Quaquá (RJ), pressionavam o governo contra a possibilidade de o Exército comprar o equipamento israelense, pois acreditavam que isso significaria financiar indiretamente o esforço de guerra de Israel contra os terroristas do Hamas, na Faixa de Gaza.

A Elbit e suas subsidiárias no Brasil ofereceram ao Exército a possibilidade de transferência de tecnologia, com a produção da munição calibre 155 mm no Brasil, provavelmente, no Paraná, com a consequente criação de empregos no Estado. O negócio está avaliado em cerca de R\$ 750 milhões. ■ M.A.

Marinha para 2024, considerando-se o programado apenas para custeio e para investimentos, era de R\$ 3,1 bilhões ou 27% do destinado à Defesa. Desse total, R\$ 1,01 bilhão serviria para o custeio e R\$ 2,08 bilhões para inves-

timentos. A Força teve uma redução de R\$ 466,8 milhões (13,1%) nesses dois itens – R\$ 168,9 milhões a menos no custeio (14,2%) e R\$ 297,9 milhões nos investimentos (12,5%).

Parte disso é consequência

da decisão da Junta de Execução Orçamentária (JEO) de bloquear R\$ 2,9 bilhões de despesas discricionárias do governo, R\$ 446 milhões das quais no MD. Este, por sua vez, definiu que quase metade desse valor seria tomado da Marinha, que entrou com R\$ 199,9 milhões, impacto absorvido pelo Prosub.

A JEO reúne quatro ministérios: Fazenda, Planejamento, Gestão e Inovação e Casa Civil. O decreto de bloqueio de recursos, assinado por Lula e pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento), foi publicado em 28 de março. Em 15 anos, o Prosub já consumiu R\$ 50 bilhões.

IMPREVISIBILIDADE. Ao Estado, o almirante Olsen afirmou que "a imprevisibilidade orçamentária impacta na capacidade de resposta que a Base Industrial de Defesa precisa ter frente aos desafios de programas estratégicos como o Prosub". Segundo ele, a situação, além de prejuízos econômicos e para o planejamento da Força, provocaria "a evasão da mão de obra qualificada" e "a necessidade de renegociação dos compromissos assumidos, o que onera os custos finais dos contratos". Olsen lembrou que, no Prosub, "são gerados 63 mil empregos, com a participação de 700 empresas nacionais e de 23 universidades".

O Ministério do Planejamento informou que o bloqueio feito pela JEO ocorreu porque a previsão, em março, para as despesas obrigatórias do governo ultrapassara o seu limite anual. A Pasta informou ainda que "bloqueios sempre podem ser revistos, a depender da evolução das projeções para a despesa".

No Exército, seu Estado-Maior vê a situação atual como a do "pior orçamento da década". Os bloqueios não devem, no entanto, interromper nenhum dos projetos estratégicos. Os generais tiveram R\$ 180 milhões bloqueados, o que resultou em um corte linear de 20% de todos os projetos que não estão incluídos no novo PAC. ■

Inteligência

Ibama vai contratar empresa do caso da 'Abin paralela'

TÁCIO LORRAN
BRASÍLIA

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) concluiu licitação para contratar por R\$ 3,56 milhões empresa israelense que forneceu um programa ao governo federal supostamente usado no governo de Jair Bolsonaro (PL) para espionar adversários ilegalmente. A agência ambiental quer ter em seu poder um programa capaz

de rastrear redes sociais de possíveis infratores ambientais.

O Ibama poderá monitorar lista de amigos, eventos e locais frequentados pelos alvos a partir do que é publicado nas plataformas. O órgão ambiental diz que seguiu todos os procedimentos legais para contratar a empresa e não violará sigilos telefônicos ou de mensagens privadas.

A Cognyte foi declarada vencedora de uma licitação no Ibama na sexta-feira, dia 26. A empresa é responsável pelo programa FirtsMile, capaz de localizar

pessoas através de aparelhos celulares. O software figura no centro de uma investigação da Polícia Federal que apura o uso indevido do sistema por servidores da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para monitorar políticos, advogados, jornalistas e até mesmo juizes do Supremo Tribunal Federal (STF). A arapongagem ficou conhecida como "Abin paralela".

DIFERENTE. No Ibama, a Cognyte vai fornecer um software diferente do usado pela "Abin para-

lela" chamado Orbis. Esse outro sistema não tem capacidade de geolocalizar as pessoas e ser-

Objetivo Órgão quer monitorar e obter informações na internet sobre potenciais infratores ambientais

ve para monitorar e colher informações sobre potenciais infratores ambientais e produzir relatórios a partir de dados disponí-

veis na internet, nas redes sociais, na deep web e na dark web, técnica conhecida como Osint.

Procurado, o Ibama assegurou que a contratação do programa seguiu todos os procedimentos legais e destacou que um sistema semelhante ao Orbis já é usado pelo Ministério Público, polícias judiciárias, tribunais de Justiça, entre outros. É ressaltado também que os servidores responsáveis pela ferramenta vão passar por uma análise rigorosa e treinamento prévio para utilizá-la. ■